

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NO BAIXO AMAZONAS: DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DA PESCA ARTESANAL NO COMPLEXO LACUSTRE MACURICANÃ

Territories and Territorialities in the Baixo Amazonas Region: socio-environment dynamics of of handcraft fishing at the Lacustrine Macurican Complex

Vilsélia de Souza Pires
Universidade Federal do Amazonas
vilselia@gmail.com

Elenise Faria Scherer
Universidade Federal do Amazonas
elenisefaria@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta uma parte dos resultados da dissertação de Mestrado intitulada “Dinâmica Socioambiental da Pesca Artesanal na APA/Nhamundá-Parintins” (2013-2015), submetida ao Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGCASA/UFAM. Trata-se de uma pesquisa de caráter observacional e descritiva, cujo objetivo principal foi conhecer a dinâmica da pesca artesanal da região do baixo Amazonas, numa extensa área lacustre, em uma unidade de conservação de uso sustentável, denominada APA/Nhamundá. A APA está localizada na confluência dos municípios de Parintins e Nhamundá e é formada por uma vasta região lacustre denominada Complexo Macuricanã. O ambiente contém uma diversidade de lagos, furos, igarapés, restingas e paranás que contribuem para a biodiversidade faunística, florística e ictiofaunística. Na região dos lagos encontram-se 33 comunidades com aproximadamente 1.305 famílias (AMAZONAS, 2013). A intensificação da pesca nos lagos, aliada à ausência de um Plano de Manejo na APA, corrobora para a existência de inúmeros conflitos em escala estadual, intermunicipal e intercomunidades. Os moradores das comunidades da APA estão estruturando paulatinamente territorialidades em toda a extensão dos lagos como forma de salvaguardar o território aquático, que consideram seu, e, conseqüentemente garantir a conservação dos recursos pesqueiros, importante fonte de sustento local.

Palavras-chave: Lagos Macuricanã, recursos pesqueiros, territorialidades.

ABSTRACT: This paper presents a part of the results of the Master's thesis titled "Socio-environmental Dynamics of Artisanal Fishing in APA / Nhamundá-Parintins" (2013-2015), submitted to the Postgraduate Program in Environmental Sciences and Sustainability in Amazonia of the Federal University of Amazonas - PPGCASA / UFAM. This is an observational and descriptive research, whose main objective was to know the dynamics of artisanal fishing in the low Amazonas region, in an extensive lacustrine area, in a conservation unit of sustainable use, called APA / Nhamundá. The APA is located at the confluence of the municipalities of Parintins and Nhamundá and is formed by a vast lacustrine region called Complex Macuricanã. The environment contains a diversity of lakes, holes, streams, restingas and paranás that contribute to the faunistic, floristic and ichthyofauna biodiversity. In the lakes region there are 33 communities with approximately 1,305 families (AMAZONAS, 2013). The intensification of fishing in lakes, coupled with the absence of a Management Plan in the APA, corroborates the existence of many conflicts in the state, intermunicipal and intercommunal levels. The residents of the APA communities are gradually structuring territorialities throughout the lakes as a way to safeguard the aquatic territory, which they consider their own, and, consequently, to guarantee the conservation of the fishing resources, an important source of local sustenance.

Keywords: Macuricanã Lakes, fishing resources, territorialities.

INTRODUÇÃO

O Complexo fluviolacustre Macuricanã, constante no território da APA/Nhamundá, criada em 1990, é contemplado no Plano Diretor do município de Parintins, sob a perspectiva de resguardar as espécies de flora e fauna, além de promover o desenvolvimento da atividade turística e de pesca esportiva. Mas, apesar do território lacustre estar em sua quase totalidade (70%) em Parintins, não existem ações significativas por parte desse município voltadas para a APA.

Por sua vez, a APA/Nhamundá-Parintins é a única Unidade de Conservação regulamentada no Município de Parintins, sendo regida por lei estadual. Foi criada em 09 de março de 1990, pelo Decreto nº 12.836, (SDS, 2013) e possui uma área de 195.900 hectares composta por uma extensa região, com aproximadamente 92 lagos (SEUC, 2007). Vale destacar que o território da APA/Nhamundá-Parintins engloba dois Municípios do baixo Amazonas: Nhamundá e Parintins, sendo 30% do território do Município de Nhamundá e 70% do território do Município de Parintins.

A Diversidade de lagos atrai pescadores de diferentes localidades que afluem ao Complexo com a ânsia de obter as espécies mais procuradas no mercado pesqueiro, tais como: tambaqui (*Colossoma macropomum*), tucunaré (*Cichla monoculus*), pirarucu (*Arapaima gigas*), aruanã (*Ostoglossum bicirrhosum*) e as espécies comuns na “piracema” amazônica: jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), pacú (*Mylosoma duriventre*), sardinhas (*Triporthus angulatus*), entre outras. Entretanto, o fluxo de pescadores externos, os quais são denominados de pescadores “de fora” pelos pescadores locais, desperta insatisfação nos moradores do Macuricanã que buscam estratégias de defesa dos lagos, imprimindo territorialidades nos espaços aquáticos.

A dinâmica socioambiental do Macuricanã é permeada de conflitos que giram em torno do recurso pesqueiro, o que levou os moradores das comunidades de dentro da APA, ao longo do tempo, a adotar medidas cooperativas como forma de resguardar o recurso pesqueiro, tão importante para sua subsistência. Este trabalho teve como objetivo central identificar as formas de apropriação dos espaços aquáticos do Macuricanã, por meio de observação da dinâmica socioambiental do Complexo Lacustre Macuricanã, principal *locus* de pesca de pescadores daquela região do baixo Amazonas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compor esta pesquisa foram escolhidas duas comunidades da APA/Nhamundá, setor 1: São José do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebastião do Bôto, pertencentes ao município de Parintins-AM, localizadas à margem esquerda à jusante do rio Amazonas em direção à foz (figura 01). O referido estudo teve como público alvo os pescadores e pescadoras daquela margem do rio, maiores, associados da Colônia Z-17 ou do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras de Parintins - SIINDPESCA e que tivessem participado do Acordo de Pesca.

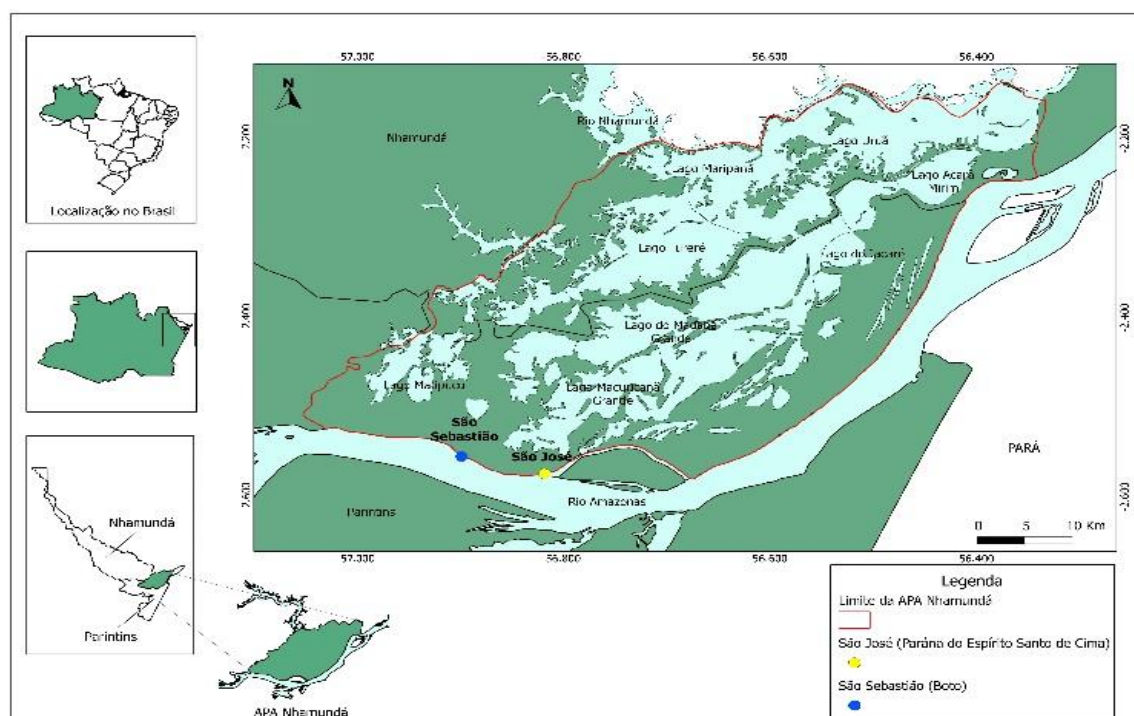


Figura 1: APA/Nhamundá, em destaque as comunidades área de estudo
FONTE: Bases cartográficas ditais, IBAMA, 2010 (Organizado por MARQUES, R., jan/2015).

A pesquisa de cunho qualitativo observou e descreveu, no período de dois anos, a pesca artesanal na região de lagos e na margem do rio Amazonas, em frente à cidade de Parintins, nos períodos sazonais de cheia e vazante amazônica. Durante esse espaço de tempo se dedicou a registrar em imagens a rotina da pesca; entrevistou pescadores, principalmente os mais antigos, de acordo com a disponibilidade destes, além do gestor da APA; visitou os órgãos gestores das Unidades de Conservação do Amazonas, bem como as associações de pescadores de Parintins (SINDPESCA e Colônia Z-17), além das secretarias de Produção e Abastecimento e a secretaria de Meio Ambiente do município de Parintins.

Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo constavam de diário de campo, gravador de voz, máquina fotográfica, celular e um formulário previamente elaborado para as entrevistas tanto para os pescadores quanto para as instituições da pesca. A localização das comunidades foi feita por meio do uso de GPS, sendo posteriormente delineadas em software específico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A demarcação do território da APA abarcou todo o complexo lacustre Macuricã, localizado na margem esquerda do rio Amazonas, em frente à sede do município de Parintins. Composto a maioria do território da APA/Nhamundá, o ambiente lacustre se constitui como o principal atributo da APA, pela diversidade de lagos, furos, igarapés, restingas e paranás, que contribuem para a biodiversidade faunística,

florística e ictiofaunística (VALENTE; AZEVEDO FILHO, 2011). No interior da APA residem aproximadamente 1.305 famílias (SDS, 2013), distribuídas nas 33 comunidades, que são classificadas em 6 setores (tabela 01).

Tabela 01: Comunidades agrupadas por setores

Setor	Comunidade	Setor	Comunidade
1	Vila Bentes	4	Castanhal
	Santa Rita Igarapé do Bôto		Boa Vista / Fazenda Grande
	São Sebastião do Bôto		Bom Fim
	São José do Paraná do Espírito Santo de Cima		Arnacarú
	Paraná do Espírito Santo do Meio		São Pedro
	Paraná do Espírito Santo de Baixo		Sapucaia Conceição
2	Imaculada Conceição do Itaboraí de Cima	5	Laquinho
	Menino Deus do Itaboraí do Meio		Cutipanã
	São Vicente do Itaboraí		Merajuba
	Boa Vista do Itaboraí	6	Ararauá
	São José do Itaboraí de Baixo		Urucuri
3	Saúde da Boca do Jacaré	6	Aminarú
	Santa Ana do Igarapé do Jacaré		Aminaruacú
	São Raimundo do Araçá		Caraná
	N.Sra. Aparecida do Anabú		Curiá
	N. Sra de Nazaré Caldeirão		
	Cristo Rei do Caldeirão		
	Capitão		

FONTE: VALENTE, AZEVEDO FILHO (2011).

As comunidades da várzea do Macuricanã mantêm seu modo de vida apoiados na agricultura de pequeno porte, criação de pequenos animais e nas atividades extrativistas (caça e pesca), com a pesca despontando como principal meio de sustento. Assim sendo, as comunidades existentes na APA/Nhamundá têm como base de sustento, *a priori*, o uso dos recursos naturais da várzea lacustre, devendo estas serem consideradas como parte integrante do ambiente.

No contexto socioeconômico das comunidades da várzea, especialmente as que vivem em áreas de UC, a pesca, por se tratar de uma atividade extrativista, tem importância fundamental para o sustento dos pescadores, pois o produto, o pescado, já está pronto para comercialização quando é extraído da água, (ABREU, 2011) tornando-se a fonte de rendimento mais imediata para os pescadores artesanais, uma vez que as demais atividades de subsistência exigem um tempo maior.

Entretanto, apesar de priorizar a pesca, o morador da várzea amazônica se utiliza dos três ambientes (terra, floresta e água) para realizar suas atividades polivalentes de sustento, de onde busca extrair os recursos naturais necessários à sua reprodução social material e/ou simbólica, pois “o trabalho comparece como um ato de mediação entre os homens e a natureza e o resultado do trabalho é a transformação da natureza e a transformação do próprio homem” (WITKOSKI, 2007; 131). Cabe lembrar que as múltiplas atividades de subsistência são realizadas por

todos os membros da família, estando incluídos no processo de trabalho, inclusive mulheres e crianças (SCHERER et al, 2003).

No Macuricanã os recursos pesqueiros são “disputados” por diversos tipos de pescadores, oriundos dos municípios amazonenses (Nhamundá e Parintins) e até de municípios paraenses, principalmente de Óbidos. Além destes, os moradores das comunidades do Macuricanã identificam um outro tipo de pescador: o pescador “avulso”. Conforme o entendimento da moradora M.N.R, 54 anos, “os pescadores avulsos são pessoas da cidade que vivem da pesca sem registro nenhum” (Pesquisa de Campo, janeiro 2015). Para impedir ou restringir o uso indiscriminado dos recursos pesqueiros, os pescadores artesanais recorrem a várias formas de defesa do território, como a demarcação através das redes nos pontos de pesca, mas, para isso precisam chegar cada vez mais cedo aos lagos, constituindo física ou simbolicamente territorialidade aquáticas como forma de salvaguardar o recurso pesqueiro.

CONFLITOS VELADOS E TERRITORIALIDADES SILENCIOSAS NO MACURICANÃ

Os conflitos se constituem em um dos principais desafios enfrentados pelos gestores das APAS, que se desdobram para desempenhar sua função, trabalhando em forma de parcerias junto aos Municípios de abrangência. As parcerias são alternativas encontradas, visando estabelecer a participação efetiva dos poderes municipais nos conselhos gestores das Unidades de Conservação, propiciando maior diálogo entre os poderes, sobretudo nas unidades de desenvolvimento sustentável onde cabem múltiplas atividades econômicas e sociais, como forma de ordenar ações de caráter não sustentável (GUERRA, 2009; 55)

Entretanto, o Complexo Macuricanã possui mais de 90 lagos e pela distribuição espacial dos AA percebe-se a insuficiência de recursos humanos para monitorar a área territorial da APA, pois, dos seis setores que compreendem as 33 comunidades, apenas os setores 1 e 3 dispõem de AA, os demais ficam descobertos. Desta forma, os lagos ficam vulneráveis à pesca predatória, realizada em sua maior parte, pelos pescadores “de fora”¹. Para salvaguardar o recurso pesqueiro, os pescadores locais, apoiados em seus conhecimentos primevos, imprimem territorialidades aquáticas no território da APA/Nhamundá, seja ao longo da margem do rio Amazonas ou mesmo no interior dos lagos do Macuricanã.

Para compreender a formação e o uso dos territórios de pesca pelos pescadores artesanais, no Complexo Lacustre Macuricanã, na APA/Nhamundá-Parintins, faz-se necessária primeiramente uma abordagem conceitual sobre território e territorialidade, uma vez que a cerne desta abordagem evidencia as formas e as relações sociais, os conflitos, desigualdades e todos os movimentos que compõem o território.

¹ Expressão dada pelos pescadores locais aos pescadores oriundos da cidade de Parintins e/ou municípios do Para.

Para Raffestin (1993; 143) o território se forma a partir do espaço; é o resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos que, ao se apropriarem deste, abstrata ou concretamente, “territorializam” o espaço, numa relação social de comunicação. Assim, o território se materializa pelo movimento das relações entre sociedade e natureza, apropriada historicamente, mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem. Por conseguinte, as territorialidades também se traduzem em relações de poder, alteridade e exterioridade (SAQUET, 2011).

A ação conduzida dos atores sobre o espaço e, neste contexto, sobre o espaço aquático, expressa formas de poder e apropriação, conduzindo a novos usos e dinâmica territorial. Para Milton Santos, o território é vivido e usado, e se denomina *território usado*, sendo entendido pela junção do chão mais a identidade. A identidade, por sua vez, é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Portanto, o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e exercício da vida (SANTOS, 2002).

Mediante as três concepções elencadas, entende-se o território não só como espaço vivido, construído e formado a partir das relações sociais, de identidade, de construção material e imaterial, mas também como espaço de organização, luta e mobilização política na tentativa das pessoas conseguirem autonomia, justiça social e ambiental, (re) significando continuamente as práticas cotidianas como transformação do território.

Por sua vez, territorialidades são os processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente esse território, ou seja, as relações sociais se definem historicamente, criam identidades e buscam organização e mobilização política com vistas à autonomia. Essas interações, em diferentes lugares e pessoas, são compreendidas como territorialidades e efetivam-se nas relações com a terra, na família, na comunidade, enfim, na vida cotidiana (SAQUET, 2011).

Tomando como referência o pensamento de Diegues (1993; 20), para os pescadores artesanais amazônicos o uso do território é muito mais vasto, marcado pela “posse” fluída dos rios, igarapés e lagos (os pontos de pesca) e a utilização descontínua de algumas áreas já transformadas para fins agrícolas; enquanto que as territorialidades são (i)materializadas nas relações entre pescadores artesanais locais com sua família, com seu “parceiro” de pesca, na comunidade; com pescadores comerciais citadinos, com os proprietários de fazendas de gado, com os representantes dos poderes decisórios dentro da APA/Nhamundá, com os poderes públicos municipais e estaduais, enfim, segundo as palavras de Saquet (2011), pelas práticas espaciais dentro do território, implicadas na reprodução das relações sociais e dos territórios.

No uso dos lagos de várzea são latentes as questões socioambientais e territoriais envolvendo os diferentes atores, construindo territorialidades, definindo e redefinindo territórios. Os territórios correspondem a um determinado espaço de experiências vividas, cuja capacidade de resistência às tentativas de domínio por outros pode ter sido testada várias vezes (GUERRA; NUNES, 2009; 71), o que reforça sua dimensão enquanto representação e valor simbólico. Sack (1986 apud SAQUET; 2011) argumenta que a territorialidade para os seres humanos é uma estratégia para

restringir (assegurar) acesso de outrem e limitar o uso das coisas por área controlada, sendo, no final, uma expressão geográfica de poder social.

Assim entendido, os pescadores artesanais do complexo lacustre Macuricanã, como forma de garantir a conservação do recurso pesqueiro, principal fonte de sustento e economia dos moradores das áreas de várzea, evidenciam territorialidades em suas práticas pesqueiras, como forma de apropriação do espaço de uso comum. São grupos sociais que reclamam cada vez com mais intensidade, a validade de suas interpretações, de seus saberes, de suas práticas econômicas e ecológicas, de sua forma de ser no mundo, constituindo uma série de exercícios de resistência cultural que mostram a importância do território como o sustento da vida humana² (MONTROYA ARANGO, 2003; 83, tradução nossa).

As estratégias defensivas do território, conforme esclarecido no capítulo anterior, são evidenciadas por meio iniciativas intercomunitárias, cite-se o Acordo de Pesca firmado em 2007, que, por aproximadamente quatro anos, movimentou as práticas pesqueiras naquela região, por meio de reuniões comunitárias, alavancadas pelas lideranças locais. Bourdieu (2002) registra que as ações coletivas que envolvem os representantes de poderes decisórios, em geral também são pescadores, cuja atribuição das práticas está fundamentada em relações de parentesco e vizinhança, pela disputa de campo do poder social. Com a estagnação do Acordo, os pescadores artesanais estão territorializando os espaços aquáticos, individualmente ou com os “parceiros”, buscando salvaguardar os pontos de pesca dos pescadores externos, emergindo os conflitos socioambientais.

Diegues (2001) assinala que os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum são recriados na atualidade, assim como o modo de vida, as organizações sociais e os territórios. O uso dos recursos ambientais encontra-se permeado em arranjos onde subsistem sistemas complexos dos quais dependem a reprodução cultural e simbólica de um grupo.

No dizer de Diegues, a reprodução social de algumas populações tradicionais, aqui entendidas como os pescadores artesanais, se dá pela exploração dos diversos habitats, e essa exploração demanda o conhecimento aprofundado “dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas” (1993; 20).

Porém, a exploração do recurso ictiofaunístico, demandada pelo consumo nos centros urbanos, gerou uma sobre-exploração de espécies comercialmente valorizadas na Amazônia. Cruz (2009; 261), em estudos no município de Manacapuru, identificou práticas similares, nas quais a pesca passou a ser realizada em territorialidades delimitadas pelos próprios moradores, devido a pressão sofrida pelo pescado. A dinâmica constante na luta pela sobrevivência levou os moradores da várzea a organizar-se em torno das terras, florestas e águas de trabalho,

² Texto em língua estrangeira: “cada vez com más fuerza los grupos sociales [...] están reclamando la validez de sus propias interpretaciones, de sus saberes, de sus prácticas económicas y ecológicas, de sus formas de ser en el mundo, conformando una serie de ejercicios de resistencia cultural que muestran la importancia del territorio como sostén de la vida humana”.

rompendo com o paradigma de sujeito pacato e passivo que se tinha do morador ribeirinho amazônico (FERREIRA, 2008; 179).



Figura 2: Pescador “arriando” a rede no lago Aningal ao clarear do dia (PIRES, 2014).

Ao sair para os lagos todos os dias, de madrugada, os pescadores asseguram o melhor lugar para “arriar” a rede ou o caniço (figura 02). Essas práticas evidenciam territorialidades concebidas pelo espaço vivido e as relações sociais de alteridade e exterioridades cotidianas (RAFFESTIN, 1977 apud SAQUET, 2011), sendo vividas, percebidas e compreendidas distintamente, substantivadas pelas relações, interações, heterogeneidades e conflitualidades (SAQUET, 2011). Pôde-se perceber, no ambiente pesqueiro do Macuricanã, as práticas individuais ou coletivas carregadas de significados, demonstradas nas relações do cotidiano de amizade, “parceiragem”, no respeito às diferenças de cada um, mesmo diante das situações conflituosas.

Por outro lado, Leff (2001) assinala que a problemática ambiental atual se converteu numa questão eminentemente política, em que os conflitos e estratégias de poder pela apropriação dos recursos de uso comum estão legitimando as práticas sociais de acesso e uso dos recursos ambientais. No que tange ao uso dos recursos ambientais na região do Macuricanã, sobressaem-se os interesses coletivos por parte dos moradores para defender o território, ressaltando, contudo, a falta de apoio e vontade política em controlar as práticas de pesca invasiva, das quais resultam conflitos entre os usuários do bem comum.

Como forma de conservar os recursos pesqueiros e, ao mesmo tempo “defender” o território de pescas invasivas, as comunidades do setor 1 do Macuricanã, se uniram e formalizaram um Acordo de Pesca. O Acordo foi uma tentativa de autogestão dos recursos pesqueiros do Complexo Lacustre Macuricanã/APA/Nhamundá e acabou se tornando a experiência mais marcante na vida dos pescadores, moradores das comunidades do Macuricanã, especialmente as localizadas no setor 1. Este Acordo

foi instituído no ano de 2007 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, então órgão gestor das Unidades de Conservação no país, através do Projeto do Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – PRÓVÁRZEA, idealizado e gestado dentro da sua estrutura institucional.

No entanto, iniciativas que demandem uso coletivo de recursos, frequentemente são causas de conflitos de variadas naturezas, em especial quando se tratam de áreas protegidas, pois essa terra, agora sob proteção legal, é morada de populações tradicionais muito antes da criação das Unidades e, dependendo da categoria, são as primeiras e principais afetadas nas restrições do uso dos recursos naturais. Na APA/Nhamundá os conflitos socioambientais acontecem há décadas sem que sejam tomadas medidas compatíveis de ordenamento, monitoramento, articulação política com órgãos públicos ambientais e sociedade civil, se constituindo em um desafio constante para os gestores da UC.

Pereira e Pinto (2001) alertam para problemas que dificultam a gestão bem sucedida dos recursos ambientais, destacando a regulamentação da exploração do estoque do recurso pesqueiro, o qual pode gerar conflitos por parte dos atores sociais (pescadores artesanais, pescadores comerciais, pescadores citadinos), pois, os esquemas de manejo, ao serem planejados, implicam no estabelecimento de um limite na quantidade individual ou coletiva a ser extraída por vez e isso pode levar os pescadores a adotarem um comportamento não-cooperativo, principalmente se este limite estiver abaixo de suas expectativas de ganho econômico.

Motivada por conflitos de diversas naturezas, seja entre pescadores locais e pescadores “de fora”, seja entre os próprios partícipes do Acordo, esta iniciativa de manejo participativo acabou por decair três anos depois, restando aos pescadores do Macuricanã lembranças comparativas como era a pesca no tempo do Acordo e como está nos dias atuais.

O pescador M.J.J.S., 34 anos relata:

O Acordo serviu para diminuir um pouco as pescas com rede de arrastão de malha 50, nessa rede aí vai tudo. Agora estão voltando as pescas predatórias, o pessoal que só vive da pesca se vale de todos os meios para ter o peixe, inclusive as redes de arrastão (Pesquisa de Campo, 2014).

Entretanto, algumas situações conflitantes perduram até hoje: é o caso do antagonismo entre o pescador artesanal e o vaqueiro, que trabalha para os proprietários de fazendas de gado. Segundo o pescador (M. J. J. S. 34 anos)

“O pessoal que tem gado no Macuricanã [...] facilitam muito pro vaqueiro tirar o produto lá, principalmente o pirarucu e o tambaqui grande, porque eles têm o cavalo” (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

O uso do cavalo para pesca é feito tanto por vaqueiros, quanto por pescadores que vivem prioritariamente da comercialização do pescado. Essa prática é causa de conflito velado entre os pescadores artesanais locais, beneficiários do Seguro Defeso, que procuram cumprir a norma do Defeso e se sentem prejudicados com tais práticas, conforme se verifica na fala da moradora M.N.R., 54 anos:

No tempo da seca, do verão, eles matam de 40 a 50 pirarucus, descarnam e trazem de cavalo. No cavalo traz muito pirarucu já cuidado e os miúdos que poderiam ser aproveitados são todos descartados, jogados n'água, é um crime (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

Os conflitos socioambientais nos lagos Macuricanã são externalizados sob diversas formas e diferentes atores sociais, e se estabelecem em torno do recurso comum: o pescado. Ao redor deste recurso encerram relações, valores, desigualdades e sociações, mas que “emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza, além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado” (LEFF, 2001).

Por ocasião da implantação do Acordo de Pesca, em 2007, os lagos que compõem o Complexo Macuricanã, APA/Nhamundá, foram mapeados e classificados quanto à sua utilização. O mapeamento foi feito pelo PRÓ-VÁRZEA/IBAMA, com informações fornecidas pelos pescadores integrantes do Acordo, moradores das comunidades do setor 1, por meio da Instrução Normativa 113, de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, ficando classificados como dispõe o Anexo da Portaria (tabela 2).

Tabela 2: Lagos do Macuricanã. Adaptado com base no ANEXO 1 (IN 113/2006) IBAMA/MMA

Ord	Nome	Classificação	Ord	Nome	Classificação
01	Amorim	Procriação	48	Laguinho	Manutenção
02	Boi	Procriação	49	Laguinho	Manutenção
03	Bôto Grande	Procriação	50	Lago da Velha	Manutenção
04	Brus Grande	Procriação	51	Laguinho do Aningal	Manutenção
05	Chato	Procriação	52	Mabari	Manutenção
06	Curicaca	Procriação	53	Mabarizinho	Manutenção
07	Curuçá	Procriação	54	Marajá	Manutenção
08	Faristão	Procriação	55	Marrequinha	Manutenção
09	Faristinho	Procriação	56	Miwá	Manutenção
10	Igarapé Sem Fim	Procriação	57	Móca/Alípio	Manutenção
11	Ivo	Procriação	58	Norato	Manutenção
12	Jawari	Procriação	59	Padeiro	Manutenção
13	João Félix	Procriação	60	Piranhas	Manutenção
14	Mangueira	Procriação	61	Primeiro Lago	Manutenção
15	Mungubal	Procriação	62	Samaúma	Manutenção
16	Onça	Procriação	63	Sapinho/Urubu	Manutenção
17	Oncinha	Procriação	64	Sapo Grande	Manutenção
18	Papa Terra	Procriação	65	Tijolo	Manutenção
19	Ribeirão	Procriação	66	Treme	Manutenção
20	São Gonçalo	Procriação	67	Araçá	Comercial
21	Tapiíra	Procriação	68	Araçatuba	Comercial
22	Aningal	Manutenção	69	Armador Grande	Comercial
23	Aningal do Bom Socorro	Manutenção	70	Armadorzinho	Comercial
24	Arara	Manutenção	71	Arrozal do Mundongo	Comercial
25	Arranca Vara	Manutenção	72	Baixa Grande	Comercial
26	Atoleiro	Manutenção	73	Barro Amarelo	Comercial
27	Baixa Grande	Manutenção	74	Campo de Jogo	Comercial

28	Baixa do Sem Fim	Manutenção	75	Carvão	Comercial
29	Baixa Funda	Manutenção	76	Chato do Mundongo	Comercial
30	Boa Vista	Manutenção	77	Cuiabá Grande	Comercial
31	Botinho	Manutenção	78	Cuiabazinho	Comercial
32	Bruszinho	Manutenção	79	Garcinha	Comercial
33	Cachorro	Manutenção	80	Machadão	Comercial
34	Cará-Açú	Manutenção	81	Machadinho	Comercial
35	Cuiabá do Atoleiro	Manutenção	82	Marrecas	Comercial
36	Cupido	Manutenção	83	Marrecas	Comercial
37	Cumpridinho	Manutenção	84	Matipucu	Comercial
38	Cumprido	Manutenção	85	Mureru	Comercial
39	Cumprido	Manutenção	86	Pássaros	Comercial
40	Fartura	Manutenção	87	Piriquito	Comercial
41	Fausto	Manutenção	88	Poço do Chagas	Comercial
42	Garção	Manutenção	89	Preto	Comercial
43	Gino Grande	Manutenção	90	Preto do Mundongo	Comercial
44	Japá	Manutenção	91	Tamburão	Comercial
45	Jóia	Manutenção	92	Tarumã	Comercial
46	Juquiri	Manutenção	93	Volta Funda	Comercial
47	Juquiri	Manutenção	94	Ana Raimunda	-

FONTE: Disponível em: <http://sites.unasp.edu.br/porta/secretariageral/Documentos/DOU/2006-2/08/2006-08-24-1-5.pdf>. Acesso em 20/01/2015.

As formas de apropriação dos lagos Macuricanã são definidas a partir das práticas dos pescadores, delimitadas através do lançamento das redes nos pontos de pesca. Os pescadores que moram no setor 1 da APA, nas comunidades de São José, São Sebastião e Vila Bentes (margem do rio Amazonas, em frente à sede do município de Parintins); a comunidade de Santa Rita, (igarapé do Bôto) e as comunidades do Divino Espírito Santo e São Francisco (dentro do Paraná do Espírito Santo) distinguem os pontos de pesca pelo tempo e esforço para chegar aos lagos e a forma de utilização da margem do rio Amazonas.



Figura 3: Pescador de São Sebastião fazendo verificação da rede, lançada em frente à sua casa (PIRES, 2014).

O ato de lançar a rede em frente à sua residência (figura 03) é uma forma de apropriação de um território que o pescador entende como sendo seu. Para Saquet (2011), a apropriação é compreendida a partir de três significados principais:

1. Como posse, propriedade, domínio individual e coletivo por meio de mecanismos (i)materiais. A margem do rio ou do lago em frente a sua casa é tida pelo(a) pescador(a) como propriedade sua e é demarcada fisicamente pela rede; subjetivamente, os outros pescadores já sabem que não podem lançar sua rede na frente da casa do “outro”.

2. Como delimitação, com ou sem precisão, parcelamento, divisão. Cada porção de água delimitada pela rede é uma indicação de restrição para a pesca de outrem. No interior do lago Baixa Grande, por exemplo, até o capim das margens é parcelado para a colocação de redes. Muitas vezes, quando o pescador artesanal chega no local, a rede do pescador comercial “de fora” já está predisposta sob o capim, local onde é sabido pelos pescadores em geral, que é certeza de encontrar peixe.

3. Como uso, interferência e utilização de objetos, instrumentos, pessoas. Na APA/Nhamundá grande parte dos lagos fica próxima das fazendas, atrás de propriedades de criadores de gado; o uso desses lagos tem resultado em conflitos entre pescadores e proprietários. De acordo com L. S., 37 anos “os pescadores vêm de todo lado; até um tempo atrás era comum encontrar nos lagos próximos a fazendas, galhos de árvores atravessados ou o próprio vaqueiro pra impedir os pescadores de entrar” (Pesquisa de Campo, outubro 2014).

Os conflitos socioambientais em torno dos ambientes de pesca na Amazônia existem de longa data e estão relacionados à pesca intensiva praticada nos lagos e rios da Amazônia, ocasionando forte pressão nos recursos pesqueiros, principalmente nas áreas de várzea da planície amazônica que, por sua característica propicia o desenvolvimento de sua biota, através do transporte de sedimentos favorecedores do enriquecimento do solo e a produção de variada ictiofauna, se constituindo como local significativo para a pesca, tanto comercial quanto familiar.

Diante da demanda crescente e das mudanças nas tecnologias de pesca empregadas pelos pescadores comerciais, em detrimento com os equipamentos antes utilizados na pesca artesanal como o arpão ou a flecha, os pescadores artesanais tiveram que investir em melhorias para incrementar a produção pesqueira como a compra de redes malhadeiras e de motores de popa, conhecidos como rabetas, de modo a ter autonomia para se deslocar em busca do pescado em locais cada vez mais distantes de suas comunidades (ALENCAR, 2013). Em condições de desigualdade com os pescadores comerciais, delatam práticas predatórias:

Tem muita invasão nesses lagos aí. No lago Igarapé Grande vem pescador pelo lado de Nhamundá, alguns deles com lanchas e motores, se espalham no lago e aí não tem pra gente (M.J.J.S., 34 anos, Pesquisa de Campo, setembro 2014).

Mesmo possuindo alguns dos avanços tecnológicos empregados atualmente na pesca, muitos pescadores artesanais não contam com os mesmos apetrechos, e consideram que os pescadores itinerantes, denominados por eles como “pescadores de fora” praticam a pesca de forma predatória e invasiva nos lagos considerados comunitários (RUFFINO, 2005; 23), gerando conflitos do uso dos locais de pesca, conforme relata a pescadora I.T.S., 54 anos:

A pesca tá ficando ruim, pela grande invasão dos lagos, acaba diminuindo pros moradores, não dá nem pra arriar a rede no Amazonas, porque dá muito pescador de fora nesse tempo (Pesquisa de Campo, setembro 2014).

A presença de pescadores avulsos e comerciais durante o período da vazante, na ocorrência da piracema, torna o espaço de pesca mais concorrido e gera insatisfação nos pescadores locais. Na Amazônia brasileira os conflitos relacionados à pesca ocorrem em qualquer região que tenha importância e potencial de demandas múltiplas, e afloram de interesses de uso divergentes imprimidos pela pesca amadora e profissional (RUFFINO, 2005). Comumente ocorrem em regiões que têm a pesca como principal fonte de sustento e economia, entre pescadores de subsistência *versus* pescadores comerciais citadinos, pescadores de subsistência *versus* pescadores comerciais locais, pescadores *versus* fazendeiros. (JACAÚNA, 2009). A pescadora aposentada, F. R. S., 64 anos, residente em frente à entrada do igarapé do Bom Sucesso relata “Dá pena de ver aqueles barcos entrando ali na Boca (do bom Sucesso), carregados de bajaranas e cada uma sair espalhando rede aí dentro desse Macuricanã” (Pesquisa de Campo, setembro 2014).

O desabafo da pescadora aposentada refere-se à prática da pesca comercial, feita por pescadores citadinos dos municípios que circundam a APA: Nhamundá, Parintins, e, do lado do Pará, vindos em maior número do município de Óbidos-PA. Com o Acordo de Pesca inativo, os pescadores não veem mais impedimentos de pescar a qualquer período do ano com os apetrechos antes não permitidos pelas regras do Acordo. Por parte da gestão da APA, são realizadas visitas de monitoramento junto com os agentes ambientais, desde Nhamundá até a boca do Paraná do Espírito Santo. Porém, são vistorias muito esparsas, às vezes com intervalo de meses, e os moradores queixam-se de estarem sozinhos nos momentos das “invasões”.

A prática intensiva desse tipo de pesca tem incidido de forma predatória nos lagos Macuricanã e prejudicado sobremaneira os pescadores artesanais daquela localidade, que se deparam cada vez mais com a redução crescente dos estoques pesqueiros. Destarte, as práticas de conservação por parte de alguns pescadores tornam-se imperceptíveis, uma vez que, a pesca sem controle pode levar à exaustão algumas espécies, particularmente as mais procuradas pelo valor comercial. Diante disso, afloram conflitos entre os vários tipos sociais de pescadores, filiados ou não à Colônia, com os pescadores de outros municípios e entre os próprios pescadores das comunidades adjacentes. São conflitos socioambientais que emergem a partir da “ligação entre a questão social e a questão ambiental, visto que ambas estão intrinsecamente relacionadas, não podendo ser compreendidas separadamente” (CAÑAS, 2012; 20)

Durante a vigência do Acordo de Pesca no Macuricanã registravam-se inúmeras questões conflituosas, algumas com ocorrências graves que punham em risco a integridade física de quem atuava pelo objetivo maior: a conservação do recurso pesqueiro, como relata o pescador M.J.S.S, 34 anos: “Teve uma vez que a briga foi grande, eram cinco pescadores do São José e os outros eram em torno de 15 pescadores de fora, eu não tava lá, mas quem tava disse que foi muito feio, pra escapar de morrer de repente!” (Pesquisa de campo, outubro 2014)

Em todo ambiente que contenha em uma mesma realidade concreta, sujeitos diferenciados, significados culturais diversos e formas de apropriação material e simbólica distintas, em que uma desigualdade ambiental se articula e se sobrepõe à desigualdade social, os conflitos se multiplicam. O agente ambiental credenciado pela SDS (M.S.C., 20 anos) expõe:

Antes de ser agente (ambiental) eu presenciei a agressão física sofrida por um agente ambiental voluntário do senhor conhecido como “Gigante”. Ele estava no flutuante de vigilância, deitado em uma rede, quando um pescador chegou e foi logo cacetando, ele caiu n’água e só não morreu porque foi socorrido pelos colegas. Depois de eu me tornar agente não houve mais nenhum conflito assim, principalmente contra os Agentes Ambientais (Pesquisa de Campo, novembro 2014).

As diferentes formas de uso comunal dos recursos, põe em pauta os bens subtraídos pelas populações tradicionais, que os utilizam na fronteira de expansão do mercado ou dos impactos entre as diferentes práticas espaciais mediadas pelos bens não mercantis. Entenda-se nesse contexto, as águas, os sistemas vivos, onde tende a prevalecer o uso dos atores sociais mais fortes, o que Acserald, (2010) caracteriza como conflitos socioambientais.

O uso comum dos bens ambientais tende a ser marcado como produto das relações sociais, sintetizado pelas desigualdades, pelas diferenças e pelas identidades (SAQUET, 2011). As relações de alteridade são móveis, estão em constante mudança, visto que as práticas sociais são constantemente reformadas à luz das informações recebidas, alterando, constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1990 apud HALL, 1997).

No ambiente pesqueiro da várzea amazônica as relações são contínuas e multiescalares. No caso do Complexo Lacustre Macuricanã/APA-Nhamundá, ocorre em escala interestadual, intermunicipal e intercomunidades e entre pescadores da mesma comunidade, nas relações familiares, de vizinhança e “parceiragem”³. As relações que se estabelecem entre os pescadores dos diferentes territórios, seja de antagonismo ou de interesses sociais comuns, faz emergir uma identidade cultural, o sentimento de pertencimento ao lugar, mesmo diante das constantes mudanças já apresentadas no mundo da pesca.

³ Tipo de relação muito utilizada em comunidades rurais para realização de trabalho comum, como o “puxirum” (trabalho coletivo em roçados) e pesca coletiva com parentes ou amigos.

Num sentido sociogeográfico, as diversas formas de apropriação sobre um território se materializam a partir do momento em que um território delimitado é ocupado e usado por diferentes grupos sociais, e o exercício de sua prática 'sobre esse espaço gera' territorialidades (AGNEW, 1994 *apud* MAHECHA, 2003; 7, tradução nossa, grifo nosso). Assim, as práticas pesqueiras nos lagos Macuricanã e no rio Amazonas são realizadas sob formas e usos que implicam em relações de apropriação materiais e imateriais, nas quais os pescadores artesanais buscam se apropriar e manter os pontos de pesca, no sentido de pertencimento, para o sustentar seu modo de vida e de reprodução social.

CONCLUSÃO

Tomando como base a pesquisa de campo realizado em duas comunidades rurais da Área de Proteção Ambiental-Nhamundá, identificou-se que a dinâmica socioambiental da pesca artesanal daquela região do baixo Amazonas passou por mudanças significativas, principalmente após a desativação do Acordo de Pesca em 2010. O peixe ficou mais escasso nos lagos, decorrente da pesca inadequada, sendo recorrente na fala dos moradores a queixa sobre invasão dos lagos por pescadores citadinos, pescadores comerciais das comunidades adjacentes, que adentram os lagos Macuricanã com barcos, rabetas ou voadeiras, utilizando arreios de grande capacidade de captura, incompatíveis com o tamanho e peso ideais das espécies.

Em se tratando do uso do território, são latentes as questões socioambientais envolvendo os diversos atores sociais, e o território passa a ter valor de uso, ao ser vivido/usado (Santos, 2002) pelos pescadores artesanais, que imprimem territorialidades simbólicas ou materiais em suas práticas pesqueiras como forma de apropriação dos espaços e de garantia do recurso comum. As formas de apropriação se efetivam pelo lanço da rede em frente das casas, em se tratando do rio Amazonas, ou em determinados pontos de pesca nos lagos, onde o uso é definido por quem chega primeiro, resultando em "competição" pelos pontos de pesca. Este conflito velado é mais frequente entre pescadores citadinos e pescadores artesanais comunitários.

Desta forma, para os moradores das comunidades da APA/Nhamundá, atribuem ao complexo lacustre Macuricanã valor (i) material representa simbólica e concretamente o espaço das reproduções sociais, dos conflitos e desigualdades e das relações d'e alteridade em que os buscam continuamente reafirmar sua identidade e reproduzir seu modo de vida. São por meio das territorialidades que os pescadores artesanais do Macuricanã evidenciam seu pertencimento ao lugar, alicerçado no conhecimento tradicional transmitido oralmente de geração em geração.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. *Informação e Documentação, Referências e Elaboração*. Rio de Janeiro –RJ, 2002.

ABREU, G. C. Território da Pesca: o uso do espaço aquático no baixo rio Solimões - município de Manacapuru – AM. 2011. 106f. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ACSELSRAD, H. Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª. *Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal*, Brasília, 22/9/2010.

AGNEW, J. *The Dictionary of Human Geography*. [R. J. Johnston, Derek Gregory, David Smith (Eds.)]. Cambridge, Basil Blackwell (1994); MAHECHA, Ovidio Delgado. *Espacio y Territorio en la Geografía Contemporánea: Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea*. Universidad Nacional de Colombia, 2003.

ALENCAR, E. F. As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM. In: SCHERER, E. F. (org). *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

AMAZONAS, Governo do Estado. *Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC*. 2. ed. 2007.

AMAZONAS, Governo do Estado. *Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – SDS*, 2011.

AMAZONAS, Governo do Estado. *Amazonas: 10 anos de política pública em desenvolvimento sustentável. Uma trajetória de conquistas e desafios (2003-2013)*. Manaus: Edições Reggo, 2013.

CAÑAS, A. R. P. A. Conflitos Silenciosos: a pesca amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas. 2012. 150f. *Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia)* – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CRUZ, M. J. Pescando “fera” no baixo rio Solimões, Manacapuru-AM. In: FRAXE, T. J. P. et.al. (org). *A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e*

formas de manejo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. de C. (org). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB, USP. 2001, p. 97 – 124.

DIEGUES, A. C. S. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: O mito da natureza intocada*. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa N° 1, São Paulo, 1993.

FERREIRA, A. S. Terras, Florestas e Águas de Trabalho. A tríade da vida camponesa na várzea amazônica. *Revista Somanlu*, ano 8, n. 1, jan./jun. 2008.

GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C. N. (org). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

JACAÚNA, T. S. Conflitos Sociais na Pesca. In: FRAXE, T. J. P. et.al. (org). *A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

LAPSEA. Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental. Projeto Jovem Pesquisador. *Descobrimos a Taxonomia de Peixes*. http://lapsea.inpa.gov.br/jp/prod/taxonomia_de_peixes.pdf.

LEFF, E. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTOYA ARANGO, V. *Espacio e identidade: sobre el sentido del lugar y la idea de la territorialidad*. Ciclo 6, Conferencia 1. Universidad de Antioquia, Vicerrectoría de Extensión, Depto. de Extensión Cultural, 2003, (77-89)

PEREIRA, H. S.; PINTO, J. R. S. Etnoconservação da Fauna Aquática no Médio Amazonas: situação atual e perspectivas. *I Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte (I ENCETNO)* - Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. Manaus (AM), 2001. Disponível em: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/15.htm#2>

PRÓ-VÁRZEA. *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca*. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. – Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

RAFFESTIN, C. *Por um Geografia do Poder*. Tradução Maria Cecília França. Série Temas, volume 29, Geografia e Política. Editora Ática S.A., São Paulo-SP. 1993.

RUFFINO, M. L. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus IBAMA, 2005.

SANTOS, M. Territórios e Dinheiro. In: *Território e Territórios*. Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia – PPG/UFF-AGB, 2002.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER, E. F. ET AL. Políticas Sociais para os povos das águas. *Cadernos CEAS*. Salvador, 2003.

VALENTE, I. F.; AZEVEDO FILHO, J. D. M. Levantamento das Potencialidades Turísticas na região do Paraná do Espírito Santo, APA NHAMUNDA, Amazonas. Marupiara, *Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins*. Universidade do Estado do Amazonas, edição nº 5, jan/jun/2011, ISSN 1991-0326.

WITKOSKI, A. C. *Terras, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

Recebido em 27/03/2019

Aceito em 16/08/2019